


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0006527-31.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Impugnação de Assistência Judiciária - Indenização por Dano Moral**  
 Impugnante: **MARCELO MARINI e outro**  
 Impugnado: **ADRIANO BELLOBRAYDIC**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Vistos.

Os réus Marcelo Marini e Cristiane Bellazalma Marini impugnaram por meio deste incidente os benefícios da justiça gratuita deferidos aos autores Adriano Bellobraydic e Adriana E. R. Bellobraydic, nos autos da ação de indenização em apenso.

Alegam que os impugnados pleitearam o benefício indevidamente, uma vez que reúnem condições de arcar com as custas do processo. Sustentam que os impugnados tiveram o benefício indeferido em processo que tramita por outro juízo, tendo levantado mais de R\$ 20.000,00 naquele outro processo, além de ambos trabalharem, tendo contratado advogado particular.

Em manifestação de folhas 05/12, os impugnados ratificaram a alegação de que não reúnem condições de arcar com as custas da demanda, uma vez que o impugnado Adriano é metalúrgico e auferir renda aproximada de R\$ 1.500,00 e a impugnada Adriana encontra-se desempregada há quatro meses.

Decisão de folhas 13 determinou às partes a comprovação da hipossuficiência, mediante a apresentação de cópia da última declaração de imposto de renda de ambos, bem como o último demonstrativo de pagamento de ambos.

Os impugnados colacionaram a DIRPF de Adriano às folhas 17/20, bem como cópia da CTPS de Adriana.

Decido.

**0006527-31.2014.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h  
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

A Lei 1060/50 não estabelece parâmetros, pois deferiu ao juiz a valoração, diante do caso concreto. Sendo assim, diante das circunstâncias apresentadas, cabe ao juiz verificar se a parte possui ou não condições de arcar com as custas do processo, podendo inclusive indeferir o benefício “ex officio” (art. 5º).

Sustentam os impugnantes que os impugnados não são merecedores do benefício, tendo em vista que ambos trabalham, contrataram advogado particular e receberam recentemente quantia superior a R\$ 20.000,00 em outra ação judicial.

A DIRPF colacionada pelos impugnados a folhas 17/20 informa que o impugnado Adriano teve rendimentos tributáveis no ano-calendário 2013 superiores a R\$ 37.000,00, o que permite concluir que percebe remuneração mensal superior a R\$ 3.000,00. E as folhas apresentadas na declaração não permite concluir que foi conjunta com a impugnada Adriana.

Já a cópia da CTPS encartada a folhas 21/24, referente à impugnada Adriana, permite concluir que ela encontra-se empregada e percebe remuneração de R\$ 1.223,08 (**confira folhas 23**).

Dessa maneira, reputo segura e convincente a prova documental de que os impugnados possuem plenas condições de arcar com as custas processuais e honorários de advogado sem prejuízo de seu próprio sustento.

**Nesse sentido:**

**0047712-08.2007.8.26.0562** Apelação

Relator(a): Manoel Justino Bezerra Filho

Comarca: Santos

Órgão julgador: 35ª Câmara de Direito Privado

Data do julgamento: 07/05/2012

Data de registro: 08/05/2012

Outros números: 477120820078260562

**Ementa:** “Assistência Judiciária Impugnação ao pedido de justiça gratuita Existência de indícios que afastam



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h**  
**Público << Campo excluído do banco de dados >>**

a presunção de pobreza Sentença reformada O inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, ao estabelecer que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, considerou que esta comprovação é a declaração prevista no artigo 4º da Lei 1.060/50. No entanto, se o juiz entender que a pobreza não está presente ante a existência de indícios que apontam no sentido de não se tratar de pessoa pobre, deve indeferir o benefício. Juntada de documentos pela impugnante que trazem informações contrárias ao alegado pelo impugnado anteriormente. Indícios nos autos que afastam a presunção de pobreza proveniente da declaração. Recurso provido.”

Pelo exposto, acolho a presente impugnação, para o fim de revogar os benefícios da justiça gratuita deferidos aos impugnados nos autos principais.

Defiro aos impugnados o prazo de 10 (dez) dias para promover o recolhimento das custas processuais nos autos principais, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Sem condenação em honorários sucumbenciais, conforme entendimento jurisprudencial:

PROCESSO CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INCIDENTE PROCESSUAL. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. NÃO CABIMENTO. 1. A impugnação ao benefício da assistência judiciária gratuita tem natureza de mero incidente processual, embora seja autuada em apartado e, por disposição legal (art. 17 da Lei n.º 1.060/50), seja recorrível através de apelação a decisão que lhe põe fim, razão pela qual não é cabível a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais em seu bojo, mas, apenas, na ação à qual vinculada. Provimento da apelação para reformar a sentença apelada, afastando a condenação sucumbencial em honorários advocatícios. (TRF-5 - 359190 CE 0017901-18.2001.4.05.8100, Relator: Desembargador Federal Emiliano Zapata Leitão (Substituto), Data de Julgamento: 08/10/2009, Primeira Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça Eletrônico - Data: 28/10/2009 - Página: 155 - Ano: 2009)

P.R.I.C.

São Carlos, 13 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**